



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA - FORO CENTRAL DE LONDRINA
9ª VARA CÍVEL DE LONDRINA - PROJUDI
Avenida Duque de Caxias, 689 - Anexo I, 6º And - Caiçaras - Londrina/PR - CEP: 86.015-902
- Fone: 3028-7304 - Email: lon-gvj-e@tjpr.jus.br

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO, ARREMATACÃO E INTIMAÇÃO DE TERCEIROS INTERESSADOS, DEMAIS CREDORES E DO(A)(S) DEVEDOR(A)(ES): CARLOS EDUARDO DE SOUZA – (CNPJ/MF SOB Nº 023.075.329-94); JULIANA GIBIM DE SOUZA – (CNPJ/MF SOB Nº 037.497.539-62).

FAZ SABER - a todos os interessados e a quem possa interessar, de que por este Juízo serão levados à arrematação o(s) bem(ns) penhorado(s) à devedora acima mencionada, e por meio do site: www.jeileiloes.com.br, de forma "**ON LINE**", nos termos do artigo 882, parágrafo 1º do NCPC e Resolução 236 do CNJ, e nas seguintes condições:

A publicação do presente edital será realizada no site www.jeileiloes.com.br, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, por meio do qual serão aceitos lances. O **PRIMEIRO LEILÃO** será encerrado no dia **22 de julho de 2025, a partir das 10h00min**, no qual somente serão aceitos lances igual ou superior ao valor atualizado da avaliação. Em não havendo licitantes, dar-se-á início imediatamente ao **SEGUNDO LEILÃO** que será encerrado no dia **22 de julho de 2025, a partir das 14h00min**, no qual serão aceitos lances a quem mais der, desprezado o valor da avaliação, não podendo ser por preço vil (**este considerado se inferior a 60% do valor da avaliação – Artigo 891, parágrafo único do NCPC**).

OBSERVAÇÃO: Contendo lance nos 03 (três) minutos antecedentes aos termos finais da alienação, o horário de fechamento do pregão será prorrogado em 03 (três) minutos para que todos os usuários interessados tenham oportunidade de ofertar novos lances.

LOCAL: Os interessados em participar da alienação judicial, deverão se cadastrar previamente no site: www.jeileiloes.com.br, com o envio de todas as documentações e com antecedência mínima de 24 horas antes do último dia útil do Leilão Público designado, se responsabilizando, civil e criminalmente, pelas informações lançadas por ocasião do cadastramento; Os lances deverão ser oferecidos diretamente no site www.jeileiloes.com.br, não sendo admitidos lances realizados por e-mail, assim como qualquer outra forma de intervenção humana na coleta e no registro dos lances.

PROCESSO: Autos sob o nº **0001995-29.2016.8.16.0014** de **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA** em que é exequente **BANCO DO BRASIL S/A** – (CNPJ/MF SOB Nº 00.000.000/0001-91) e executados **CARLOS EDUARDO DE SOUZA** – (CNPJ/MF SOB Nº 023.075.329-94); **JULIANA GIBIM DE SOUZA** – (CNPJ/MF SOB Nº 037.497.539-62).

BEM(NS): "**BEM01:** DATA DE TERRAS n. 19, da quadra n. 05, com a área de 270,93m², situada na Avenida Rosalvo Marques Bonfim n. 19, Jardim Padovani, nesta cidade, sendo terreno em declive e sem benfeitorias, com demais características e confrontações constantes dos autos, da inscrição municipal n. 05.03.0605.1.0196.0001 e da matrícula n. 65.959 do Cartório 2º Ofício de Registro de Imóveis, avaliado em R\$ 160.000,00;

BEM02: DATA DE TERRAS n. 20, da quadra n. 17, com a área de 250,00m², situada na rua Luiz Moro Netto n. 75, Jardim Padovani, nesta cidade, sem benfeitorias, com demais características e confrontações constantes dos autos, da inscrição municipal n. 05.03.0618.2.0242.0001 e da matrícula n. 66.358 do Cartório 2º Ofício de Registro de Imóveis, avaliado em R\$ 145.000,00".

ÔNUS: "**Matrícula nº65.959:** R.3 – Hipoteca em favor do credor; Av.4 – Indisponibilidade de Bens, referente aos autos nº 048092015018090004, em trâmite perante o juízo da 1ª Vara do Trabalho; Av.5 – Arrolamento de Bens em favor da Receita Federal; AV.6 – Indisponibilidade de Bens, referente aos autos nº00104386620168160014, em trâmite perante o juízo da 6ª Vara Cível; Av.7 – Indisponibilidade de Bens, referente aos autos nº 00003407520155090669, em trâmite perante o juízo da Vara do Trabalho de Rolândia; Av.8 – Indisponibilidade de Bens, referente aos autos nº00765513620158160014, em trâmite perante o juízo da 4ª Vara Cível; Av.10 – Indisponibilidade de Bens, referente aos autos nº 00040123820168160014, em trâmite perante o juízo da 2ª Vara Cível; R.11 – Penhora referente aos autos nº 0059403-70.2019.8.16.0014 movida pelo Município de Londrina, em trâmite perante o juízo da 1ª Vara

de Execuções Fiscais; Av.12 – Indisponibilidade de Bens, referente aos autos nº 00151746820158160045, em trâmite perante o juízo da 2ª Vara Cível de Arapongas – Pr; Av.13 – Indisponibilidade de Bens, referente aos autos nº 000371252202281600148, em trâmite perante o juízo da Vara Cível de Rolândia – Pr; Av.15 – Indisponibilidade de Bens, referente aos presentes autos; Av.16 – Indisponibilidade de Bens, referente aos autos nº 00008936920168160014, em trâmite perante o juízo da 3ª Vara Cível; Av.17 – Indisponibilidade de Bens, referente aos autos nº 00008936920168160014, em trâmite perante o juízo da 3ª Vara Cível; R.18 – Penhora referente aos autos nº 52321-17.2021.8.16.0014 movida pelo Município de Londrina, em trâmite perante o juízo da 1ª Vara de Execuções Fiscais; Av.19 e 20 – Indisponibilidade de Bens, referente aos autos nº 00130607920208160014, em trâmite perante o juízo da 3ª Vara Cível, conforme matrícula imobiliária juntada no evento 648.3;

Matrícula nº66.358: Av.5 – Indisponibilidade de Bens, referente aos autos nº 048092015018090004, em trâmite perante o juízo da 1ª Vara do Trabalho; Av.6 – Arrolamento de Bens em favor da Receita Federal; AV.7 – Indisponibilidade de Bens, referente aos autos nº00104386620168160014, em trâmite perante o juízo da 6ª Vara Cível; R.8 – Penhora referente aos autos nº0063037-74.2019.8.16.0014 movida pelo Município de Londrina, em trâmite perante o juízo da 2ª Vara de Execuções Fiscais; Av.9 – Indisponibilidade de Bens, referente aos autos nº 00003407520155090669, em trâmite perante o juízo da Vara do Trabalho de Rolândia; Av.10 – Indisponibilidade de Bens, referente aos autos nº00765513620158160014, em trâmite perante o juízo da 4ª Vara Cível; Av.12 – Indisponibilidade de Bens, referente aos autos nº 00040123820168160014, em trâmite perante o juízo da 2ª Vara Cível; R.13 – Penhora referente aos autos nº 0006792-52.2016.8.16.0045, em trâmite perante o juízo da 1ª Vara Cível de Arapongas – Pr; Av.14 – Indisponibilidade de Bens, referente aos autos nº 00151746820158160045, em trâmite perante o juízo da 2ª Vara Cível de Arapongas – Pr; Av.15 – Indisponibilidade de Bens, referente aos autos nº 000371252202281600148, em trâmite perante o juízo da Vara Cível de Rolândia – Pr; Av.17 – Indisponibilidade de Bens, referente aos autos nº 00019952920168160014, em trâmite perante o juízo da 9ª Vara Cível; Av.18 – Indisponibilidade de Bens, referente aos autos nº 00008936920168160014, em trâmite perante o juízo da 3ª Vara Cível; Av.19 – Indisponibilidade de Bens, referente aos autos nº00008936920168160014, em trâmite perante o juízo da 3ª Vara Cível; Av.20 – Indisponibilidade de Bens, referente aos autos nº 00130607920208160014, em trâmite perante o juízo da 3ª Vara Cível; Av.21 – Indisponibilidade de Bens, referente aos autos nº 00130607920208160014, em trâmite perante o juízo da 3ª Vara Cível, conforme matrícula imobiliária juntada no evento 648.2. Eventuais outros constantes após a expedição do respectivo Edital de Leilão Público. Em caso de arrematação de bem imóvel ou veículos automotores ou outros bens dependentes de registro no órgão competente, para expedição da respectiva carta, deverá o arrematante recolher as custas referente à expedição da Carta de Arrematação, bem como comprovar o pagamento do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis – ITBI, para bens móveis, recolhimento da GRC para cumprimento do Mandado de Entrega; é obrigação do arrematante arcar com os tributos cujos fatos geradores ocorrerem após a data da expedição da carta de arrematação.

OBSERVAÇÃO: Os bens serão adquiridos livres e desembaraçados de quaisquer ônus, até a data da expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de Entrega – (*Artigo 908, parágrafo 1º do CPC e Artigo 130, parágrafo único do CTN*).

Ressalta-se que o Decreto Municipal nº 617, de 17 de junho de 2010, encerrou a problemática advinda do entendimento anteriormente adotado pelo Município de Londrina, com fundamento em julgado do STJ (RESP nº 720196-SP), quanto à responsabilidade pelo pagamento do IPTU. De acordo com o art. 30 do referido decreto, no caso de arrematação em hasta pública, o arrematante não é responsável pelos débitos tributários anteriores à arrematação.

AVALIAÇÃO ATUALIZADA DOS BENS: **BEMo1:** R\$168.082,19 e **BEMo2:** R\$152.324,48, conforme atualização da avaliação até a presente data.

OBSERVAÇÃO 1: Consoante o disposto no artigo 892 do Novo Código de Processo Civil, a arrematação far-se-á mediante o pagamento imediato do preço pelo arrematante, por depósito judicial ou por meio eletrônico.

Artigo 895 do Novo Código de Processo Civil: “O interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito: **I** – até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação; **II** – até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por

valor que não seja considerado vil"; §1º A proposta conterà, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista e o restante parcelado em até **30 (TRINTA) MESES**, garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. §2º As propostas para aquisição em prestações indicarão o prazo, a modalidade, o indexador de correção monetária e as condições de pagamento do saldo. As parcelas serão atualizadas pela média aritmética simples dos índices INPC e IGP-DI – (Decreto nº 1544/1995), a partir da data da arrematação. § 4º No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas. § 5º O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos ser formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação. Assinalo, ainda, que a apresentação de proposta escrita de arrematação, mediante prestações **não suspende o leilão** e somente prevalecerá caso **inexistente proposta de pagamento do lance à vista**. Inexistindo proposta de pagamento à vista e havendo mais de uma proposta de pagamento parcelado, estas deverão ser submetidas a apreciação deste juízo, sendo que prevalecerá a proposta de maior valor, ou em iguais condições, a formulada em primeiro lugar (art. 895, § 8º, I e II, NCPC). A ordem de entrega do bem móvel ou a carta de arrematação do bem imóvel, com o respectivo mandado de imissão na posse, será expedida somente depois de efetuado o depósito ou prestadas as garantias pelo arrematante, bem como realizado o pagamento da comissão do leiloeiro e das demais despesas da execução (art. 901, § 1º, NCPC).

OBSERVAÇÃO 2: Qualquer que seja a modalidade de leilão, assinado o auto pelo juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro, a arrematação será considerada perfeita, acabada e irretratável, ainda, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos do executado ou a ação autônoma de que trata o § 4º deste artigo, assegurada a possibilidade de reparação pelos prejuízos sofridos (artigo 903 do Código de Processo Civil/2015), podendo o arrematante desistir da aquisição apenas nas hipóteses do § 5º do Art. 903 do CPC). O presente edital será publicado no site do leiloeiro www.jeleiloes.com.br, de forma a cumprir o preconizado pelo artigo 887, parágrafo 2º do Novo Código de Processo Civil, o qual estará dispensado à publicação em jornal.

DEPÓSITO: Referido bem se encontra depositado nas mãos do executado Sr. ISMAR LUIZ DE OLIVEIRA, podendo ser encontrado Rua Piauí, 1259, apto 14 - Londrina-PR, como fiel depositário, até ulterior deliberação. **Adverta-se o(a) depositário(a) de que, fica ele (ela) obrigado(a) a permitir a eventuais interessados o acesso a eles, durante o horário comercial (de segunda a sexta das 9h às 18h, e aos sábados das 9h às 12h), após a publicação do edital.**

LEILOEIRO: JORGE VITÓRIO ESPOLADOR – LEILOEIRO - MATRÍCULA 13/246-L

COMISSÃO DO LEILOEIRO: será paga pelo arrematante no percentual que estipulo em 5% (cinco por cento) do valor da arrematação. Na hipótese de adjudicação, remição ou acordo, a comissão será de 2% sobre o valor da avaliação e será devida, em qualquer caso, pela parte executada. Na hipótese de adjudicação, remição ou acordo, o leiloeiro fará jus à integralidade da comissão caso já tenha ocorrido a alienação e esta venha a ser desfeita por esses motivos, hipótese em que será devida, em qualquer caso, pela parte executada, para não prejudicar o arrematante.

ADVERTÊNCIA: No caso de não ser realizado o Leilão Público na data acima designada por motivo superveniente, fica desde já designado o primeiro dia útil subsequente para a sua realização.

INTIMAÇÃO: "AD CAUTELAM": Ficam as executadas, quais sejam: **CARLOS EDUARDO DE SOUZA** – (CNPJ/MF SOB Nº 023.075.329-94); **JULIANA GIBIM DE SOUZA** – (CNPJ/MF SOB Nº 037.497.539-62), através do presente, devidamente INTIMADOS, caso não sejam encontrados para intimação pessoal, na pessoa de seu(s) Representante(s) Legal(is). Ficam também Intimados, Através deste Edital, o(s) respectivo(s) cônjuge(s). Eventual(is) Credor(es) Hipotecário(s), Fiduciário, coproprietário(s) e usufrutuária do(s) Imóvel(is), na hipótese de não serem eles encontrados para intimação pessoal, das datas, horário e local acima mencionados, para a realização do 1º e 2º Leilão Público do(s) bem(ns) penhorado(s). E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado no lugar de costume, na forma e sob as penas da Lei. **DADO E PASSADO** nesta cidade e comarca de Londrina, Estado do Paraná, aos dois dias do mês de junho do ano

de dois mil e vinte e cinco. (02/06/2025). Eu, _____, /// **Jorge Vitorio Espolador**///Leiloeiro Público Oficial, que o digitei e subscrevi.

AURÊNIO JOSÉ ARANTES DE MOURA
Juiz de Direito